

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.638.350 - SP (2016/0300719-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : ANTONIO ELIAS DOS SANTOS SOBRINHO
ADVOGADOS : CELSO ANTONIO PAIZANI - SP108102
ZILDA DE FÁTIMA LOPES MARTIN - SP101603
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Antônio Elias dos Santos Sobrinho contra decisão que conheceu em parte do recurso especial e, nessa extensão, reformou o acórdão de origem para afastar o caráter vitalício do auxílio-acidente concedido e a possibilidade de cumulação com aposentadoria (e-STJ, fls. 320/324).

A insurgência é pela possibilidade de acumulação do auxílio-acidente vitalício, concedido antes da Lei n. 9.528/1997, cumulável com a aposentadoria por invalidez, concedida após a vigência da referida lei.

A decisão de e-STJ, fls. 376/377 tornou sem efeito o julgado proferido no recurso especial e determinou a baixa dos autos para novo juízo de admissibilidade por ocasião do julgamento pelo STF da matéria com repercussão geral reconhecida sob o "Tema 599".

Os autos retornaram a esta Corte Superior após juízo de retratação com amparo na alínea "c" do inciso V do art. 1.030 do CPC/2015 (e-STJ, fls. 392/393).

É o relatório.

O recurso, ainda, deve ser baixado.

A questão jurídica, referente à possibilidade de o benefício de auxílio-suplementar, concedido antes da Lei n. 8.213/1991, tornar-se parcela vitalícia e incorporável ao provento que venha o trabalhador a perceber ou ser acumulável com a aposentadoria, teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 687.813/RS, nos termos seguintes:

Tema 599 – Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.[grifo acrescido]

Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.

Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

Nesse contexto, cumpre esclarecer que, somente depois de realizada essa providência, a qual representa o esaurimento da instância ordinária, o apelo nobre deverá ser encaminhado, em sua totalidade, para este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto determino nova devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior, ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator